

Um estudo acerca das políticas públicas e da participação das crianças em Catingueira - PB¹

A study about public policy and the involvement of children in Catingueira - PB

Antonio Luiz da Silva

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO:

Este estudo versará sobre as políticas públicas para a infância e sobre a participação das crianças na comunidade de Catingueira - PB. Nele reconheceremos que as políticas públicas, no Brasil, costumam ser elaboradas, exclusivamente, para as crianças empobrecidas, destacadas pela literatura como infâncias em situações de riscos e vulnerabilidades sociais, também frequentemente pensadas como atividades para crianças em perigo ou para crianças perigosas. Procuraremos, não negando esta situação, mas nos desviando dela, focar nossa atenção na existência de crianças comuns, vivendo ordinária e cotidianamente, propondo assim uma outra possibilidade de se pensar a infância. Iniciaremos descrevendo a cidade, palco de nossa investigação. Depois discutiremos, de forma breve, algumas ideias a cerca daquilo que estamos defendendo como políticas públicas para crianças. Continuando, apresentaremos algumas das ações municipais que atingem também as crianças, mesmo que estas não tenham sido pensadas para a infância. A seguir, introduziremos uma discussão a respeito da participação política das crianças, observando sua visibilidade nos momentos em que ocupam os espaços sociais no município. Ampliando a ideia de participação política das crianças, mostraremos sua capacidade de propor soluções criativas a muitos dos problemas que as envolvem na cidade, indicando algumas de suas maneiras solidárias de atuações coletivas. Por derradeiro, apresentaremos uma breve conclusão a respeito do percurso feito no artigo.

Palavras-chave: crianças; políticas públicas; Catingueira.

ABSTRACT:

In this work, we will observe the working of policies for children. Even knowing that the public policies in Brazil tend to be developed exclusively for children who find themselves in situations imposed by poverty, we will give attention to the existence of ordinary children. We are not interested in children at risk or dangerous child. We begin describing the city of Catingueira, stage of our research. After we discuss briefly some ideas about what we are defending a public policy for children. Further, we present some of the municipal actions that also affect children, even if they have not been thought to his childhood. Next, we introduce a discussion about the political participation of children in the city, watching his visibility while occupy social spaces. Extending the idea of political participation of children, we will show that they are able to offer creative solutions to many of the problems that surround the city. We will indicate some of their ways supportive of collective actions. For the last, we present a brief conclusion about the route taken in the article.

Key-words: children, public policy, Catingueira.

Reflexão introdutória

No universo que envolve a produção intelectual e a militância em favor da infância, parece ter se instalado uma espécie de ‘maniqueísmo epistêmico’ difícil de ser superado. No Brasil, fazendo um corte especial a partir de 1988, com a elaboração da Constituição Federal e com a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2006), a vontade popular impôs aos congressistas e à sociedade em geral a necessidade de se repensar a situação das crianças em todo o território nacional. A partir de então elas deixaram de ser consideradas apenas por suas ‘situações irregulares’, doutrina preconizada pelo antigo Código de Menores de 1929, revisto em 1979, para se tornar sujeitos de direitos, novidade ideológica trazida pelo ECA (OLIVEIRA e SILVA, 2005). Com o ECA todas as crianças, não apenas as crianças empobrecidas, que eram comumente consideradas em situações irregulares, passaram a ser uma espécie de tesouro nacional, tornando-se prioridade absoluta da família, da sociedade e dos governos (RIZINNI & PILOTTI, 2011; PINHEIRO, 2004).

O ECA, enquanto instrumento legal, desencadeou um gigantesco rebuliço social, provocando discussões de uma ponta a outra do país, fenômeno que se estende até o presente. Cláudia Fonseca (2009) reconheceu que, em alguns grupos nacionais, o ECA causou uma “enorme admiração”, levando-os a acreditar que tudo que vinha dele era bom. “No entanto, implementar (ou até interpretar) os princípios do ECA não é nada evidente” (FONSECA, 2009, p. 90). Essa legislação, sem sombra de dúvida, dividiu em várias direções a opinião da população nacional. De alguns lados, ela vem sendo vista como um avanço na garantia dos direitos sociais das crianças, na valorização de sua existência, na proposição de políticas sociais. Noutras direções, essa lei é percebida como uma ingerência, por vezes descabida, no ambiente doméstico, tolhendo a autonomia dos pais, principalmente. E, na mais ácida das críticas, o referido documento acaba sendo interpretado por parte da população como instrumento de proteção de pequenos futuros bandidos (SILVA, 2011), ou se transformando, no entender de Passetti (1996: 147), na “mais recente ilusão”. São muitas as críticas! Talvez uma das críticas mais equilibradas seja a de Fátima Alberto (2002: 111): “O ECA é, sem dúvida, um avanço na legislação brasileira, em termos de defesa da criança e adolescente, mas, infelizmente, ele é pouco operante, no que tange ao cumprimento à Lei”.

Até parece-nos que quase todos os temas da referida legislação demandam acirrados debates e tomadas de posições díspares, coisa que o Estatuto da Juventude ou

o Estatuto do Idoso, por exemplo, não vêm, nem de longe, conseguindo. De qualquer forma, o ECA é o documento que legisla sobre a maior parte das ações que envolvem a vida das crianças, indicando ou, no mínimo, devendo servir de inspiração àquilo que tem de ser feito, como é, ou deveria ser, o caso das políticas públicas.

Embora tenhamos dito acima que o ECA deve ou deveria indicar o caminho das políticas para a infância, é preciso destacar que o olhar das políticas às crianças não é tão recente em nosso meio. É possível que seus primeiros sinais, no Brasil, remontem à criação da roda dos expostos, sendo esta instituição uma das primeiras políticas públicas oficiais para a infância, especialmente, no dizer de Marcílio (2011), para a “infância desvalida”.

Marcando a partir do trabalho de Ariès (1981), na Europa, e do estudo organizado por Priore (1996), no Brasil, atualmente, todos os pensadores da infância reconhecem que o século passado conseguiu dar alguma atenção especial às crianças, elegendo-as como objeto de investigação, de consideração, de cuidados prioritários etc. Foi também essa mirada ‘generosa’ que permitiu que elas se transformassem em cidadãos de direitos, numa cidadania um pouco duvidosa e incompleta, na maioria das ocasiões. Por isso mesmo, essa atenção toda nem sempre esteve isenta da acidez ou da sutileza das críticas. Observando a produção acadêmica e a militância a respeito da infância, no século passado, também denominado “o século das crianças”, Allan Prout (2010) afirmou que a preocupação dos pensadores acabou se perdendo entre a criança em perigo e a criança perigosa. No Brasil, conforme análise feita por Rizzini (2011), de certa maneira confirmando o raciocínio acima alumiado, as políticas públicas para a infância se balizaram por dois extremos: ou fazendo coisas para as crianças que estavam sendo vítimas ou realizando ações para as crianças que estavam fazendo vítimas. Tratando da política pública para a infância no século aludido, a referida autora chega mesmo a nomear seu texto de “o século perdido”.

No que diz respeito à infância e às crianças, se julgarmos pelo acima dito, podemos perceber que o pensamento político contemporâneo não demonstra ter avançado suficientemente, resplandecendo ainda em ações públicas completamente divididas. De um lado estão aqueles indivíduos e grupos que reclamam que as crianças têm direitos demais, que ninguém pode mais, sequer, ‘encostar a mão nelas’ (SILVA, 2011); do outro, estão pensadores e grupos que reconhecem a existência desses direitos legais, entendendo-os como louváveis, porque os comparam historicamente

(ALBERTO, 2002), mas que continuam defendendo maior participação das próprias crianças nas tomadas de decisões que as afetam (MEENAI; ALEEM, 2012, SARMENTO, 2011, QVORTRUP, 2011).

No Brasil, muitos reconhecem que o país já criou instituições responsáveis pela garantia desses direitos, tais como Conselho Municipal de Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CMDCA e o próprio Conselho Tutelar. Entretanto, há quem critique a inoperância dos Conselhos de Direitos como um todo e há também quem diga que o Conselho Tutelar não sabe muito bem de que lado ficar: ora atua como defensor, ora, por suas ações, acaba sendo visto como inimigo pelas próprias crianças. Esses argumentos acima descritos pudemos observar fartamente na cidade que serviu de base para a coleta de informações que embasarão as discussões deste artigo.

Embora desejando que nossa percepção não seja leviana, sempre nos pareceu que a política pública nacional para a infância ainda não consegue dar sinais de que pretende superar a dicotomia ideológica da criança em perigo ou/e da criança perigosa. Ela continua, na maioria dos casos que temos observado, promovendo ações compensatórias e reparatórias, nem sempre inclusivas. Em alguns momentos ela faz um claro recorte social e econômico, promovendo suas ações, exclusivamente, para crianças empobrecidas. Tomemos aqui o caso da educação e da saúde financiadas com recursos públicos. A primeira, há tempos, em nossa cultura ocidental, colou-se à infância de uma forma que todos os governos e todas as sociedades contemporâneas a têm em grande consideração, especialmente em sua vertente escolarizante, dita formadora de cidadãos e profissionalizante. A segunda em nosso meio tem assumido cada vez mais feições de controle da vida e do cotidiano. Agora imaginemos que ambas, mesmo tendo se transformado em políticas universais, dispendo de orçamento determinado por legislação federal, em muitos casos funcionam tão precariamente, que os pais de crianças de classe média e alta fazem questão de não beneficiar suas crianças com as ações desenvolvidas por elas.

Em muitas situações, a política pública infantil permanece tão polarizada quanto esteve no século passado. Pensemos a política da assistência social, por exemplo, que cria ações para crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, ou com laços sociais rompidos, no primeiro caso pelo empobrecimento de suas famílias, no segundo pela violência ou por outras formas de negação de direitos, e estas já dizem a quem são destinadas. Imaginemos também que as políticas de um CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, de um CREAS – Centro de Referência Especializado da

Assistência Social ou mesmo as de um PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, são destinadas prioritária e exclusivamente para crianças de famílias empobrecidas.

Embora olhando a partir do funcionamento das políticas para as crianças que vivem em situações impostas pelo empobrecimento, estaremos, de modo especial, também atentos, no sentido de não fortalecer o conjunto de ideias polarizadas acima mostrado. Não alumiaremos nem a criança em perigo nem a criança perigosa, visto que estas vêm atraindo a atenção acadêmica há longos anos. Contudo, mesmo tentando fugir do ‘maniqueísmo epistêmico’, da polarização e do pensamento binário que marcam a pesquisa e a militância pró-infância, não podemos negar o fato de que os argumentos acima criticados encontram, no terreno empírico, talvez por conta dos paradigmas que auxiliam seus observadores, bastante razão: há crianças em perigos originados pela negligência familiar, comunitária e estatal, e há crianças trilhando caminhos que, possivelmente, se não houver nenhuma maneira eficiente de intervenção humanizada, terão desfechos bem difíceis para elas próprias, para suas famílias, para sua comunidade e para a aceitação social e coletiva em geral. Além disso, existe a possibilidade de aquela criança que se encontra, neste momento, em ‘perigo’, a qualquer instante se tornar ‘perigosa’. Da mesma forma, a criança que hoje é perigosa certamente esteve em perigo e não foi auxiliada na medida certa, no momento certo, pelas instâncias que por ela eram ou deveriam ser responsáveis.

Mesmo considerando a razoabilidade dos argumentos acima criticados, e desde já procurando fugir deles, queremos estabelecer para este texto uma terceira posição, paradigma ou categoria de crianças. Faremos um esforço para pensar a partir daquelas crianças que tão legitimamente levam adiante a sua existência, escapando do binarismo e das polaridades que evidenciam a preferência acadêmica e a militância hodierna em nosso meio. Estamos interessados no cotidiano de ‘crianças comuns’. Entendemos que colocar nossa escolha argumentativa na direção das ditas ‘crianças comuns’ pode não esclarecer muita coisa. A própria expressão carece de uma melhor interpretação contudística e/ou, provavelmente, nos falte ainda a palavra mais adequada. No entanto, em nossa compreensão, as crianças comuns são aquelas que vivem sua vida ordinária e cotidiana, que não representam perigo para si ou para outrem, no sentido de ameaça social e que também não estão em perigo, apenas por conta de sua circunstância social. Ao mesmo tempo, reconhecemos que estas crianças, as quais denominamos comuns,

como todas e quaisquer crianças, vivem infâncias que são transpassadas por diversas formas de vulnerabilidade, como argumentou Sarmiento (2011). Vulneráveis, sim, mas ‘perigosa e em perigo’ não é o nosso foco de interesse nesta argumentação.

Este trabalho é parte de nossa pesquisa no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Seu material foi colhido numa investigação realizada na cidade de Catingueira - PB. Seu objetivo, em linhas gerais, foi analisar como as políticas públicas municipais oferecem atenção às crianças. A análise foi feita a partir da convicção de que atender as crianças, tendo-as como prioridade absoluta nacional, nada mais é que dar cumprimento ao mandato do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 de 1990, respaldado na Constituição Federal de 1988 e nas Conferências Internacionais, das quais o Brasil é signatário. Procuramos nos sintonizar com os novos estudos da infância, em diálogo interdisciplinar com autores da Psicologia, Sociologia, História e Antropologia. Utilizamos como método de pesquisa a observação participante, a partir da qual colhemos os relatos etnográficos. Acreditamos que a presença ou ausência de uma política pública destinada às crianças comunica muitas informações sobre as crianças, sobre a gestão pública, sobre a sociedade e sobre a consideração dada às crianças no município. Assim sendo, este texto será construído em alguns movimentos. No primeiro deles, situaremos nosso interlocutor, descrevendo a cidade de Catingueira, palco de nossa investigação. Depois discutiremos, de forma breve, algumas ideias acerca daquilo que estamos defendendo como política pública para crianças. No terceiro tempo, apresentaremos algumas ações das políticas municipais que atingem também as crianças, mesmo que estas não tenham sido pensadas para elas. A seguir, introduziremos uma discussão a respeito da participação política das crianças na cidade, defendendo que esta se dá também e especialmente pela ocupação dos espaços sociais que, de alguma forma, redundam em visualização infantil. Dentro do contexto da ocupação e visualização, ampliando a ideia de participação política infantil, mostraremos que as crianças observadas são capazes de propor soluções bem criativas para os problemas que as envolvem no referido município. Por derradeiro procuraremos estabelecer algum amarramento final.

Catingueira, a partir de onde costumamos esta observação

Antes de continuarmos nossas considerações, julgamos importante apresentar ao leitor um pouco do nosso campo de investigação. Falamos, já foi dito acima, a partir de

Catingueira, uma cidade bem pequenina, “perdidamente” terna, localizada no Território do Médio Sertão do Estado da Paraíba, no Vale do Piancó (SECULT, 2012). Ela é atravessada pela BR-361, o que permite trânsito constante dos viajantes que vêm de Patos, importante centro comercial paraibano, para Olho D’Água, Piancó, Itaporanga, Emas, Aguiar, Conceição, Santa Terezinha etc. E isso nos autoriza a dizer que, mesmo paradinha em seu desenvolvimento econômico, Catingueira nos oferece sempre uma sensação de pacata agitação, por conta do seu constante movimento de carros. Há quem diga que Catingueira está na ‘linha direta’, da mesma forma que há quem assegure que a cidade, em termos de desenvolvimento, encontra-se “por detrás do mundo”.

O município, “(...) segundo dados do IBGE 2010, conta com uma população de 4.812 habitantes, todos distribuídos em uma área territorial de aproximadamente 529,46 km²” (SOUZA, SANTOS & PIRES, 2011: 23). Com outras palavras, trata-se de uma cidade com uma pequena população, distribuída numa vastidão imensa de terra. Para se ter uma ideia, a área territorial de Catingueira é duas vezes maior que a de João Pessoa - PB, a capital do Estado, é maior que a de Patos - PB, sua referência regional e quase do mesmo tamanho da de Campina Grande - PB, além de ser maior do que boa parte das cidades do Estado em que está localizada (BRASIL, 2002).

Embora Lima e Pires (2011: 4) considerem-na uma cidade “tipicamente rural”, Souza (2011: 21) veja-a como um município com “características campesinas”, e Silva (2011: 50) diga que ela “possui uma hibridização de aspectos rurais e urbanos”, temos preferido pensar que rural e urbano em Catingueira encontram-se numa contiguidade semelhante àquela que se dá, no imaginário nordestino, entre o quintal e o terreiro, entre o pomar e o jardim, entre a sala de visita e a sala de jantar ou entre a cozinha e a dispensa. Além do mais, aqui é importante destacar que comungamos com Canclini (1997: 286) quando este diz que uma “sociedade urbana não se opõe taxativamente ao mundo rural (...)”.

Em Catingueira as pessoas vivem, como em numerosas cidades do Brasil, especialmente na região Nordeste, literalmente, como podem. Algumas pessoas ainda retiram seu sustento e o de suas famílias a partir da “agricultura e de alguns empregos gerados pelo comércio local e pela prefeitura, (...) das aposentadorias e do benefício do Programa Bolsa Família” (SANTOS & PIRES, 2011: 2). Para Souza (2011: 22): “Na maioria dos casos estas famílias não possuem nenhuma outra renda além do benefício

do PBF”. Além disso, o “Fundo de Participação dos Municípios é o principal recurso da receita municipal” (LIMA & PIRES, 2011: 4).

Há uma observação interessante, feita pelos pensadores locais, a qual afirma que mais da metade dos catingueirenses encontra-se fora do município, experimentando um processo de mobilidade humana que acabou levando os filhos da cidade para várias partes do país e do mundo. “Tem Catingueira em toda parte do mundo”, disse-nos um jovem migrante. Nesse sentido, é muito feliz a afirmativa de Pires (2003: 77): “Catingueira não é um território fechado nos seus limites, ela se abre e se faz abarcando Recife, Rio, São Paulo, Brasília, João Pessoa, Londres, e quantas outras cidades for possível ter contato direto, ou seja, onde quer que esteja morando um filho ausente”.

Mesmo que não seja uma reclamação exclusiva, vários dos habitantes da Catingueira contemporânea queixam-se de que a cidade não tem tido uma boa sorte administrativa. Para boa parte da população urbana, “todo político calça 40”. Abro aqui um parêntese para dizer que essa expressão significa, no linguajar do sertanejo catingueirense, o qual foi chamado acima de pensador local, que os políticos que gerenciaram a cidade, ao longo dos anos, não se diferenciaram em nenhum momento em suas posturas administrativas. Nessa expressão há, sem dúvida, uma queixa de corrupção galopante dirigida contra todas as gestões. Para se ter uma ideia, o prefeito que findou seu mandato em 2012 chegou a ser preso pela polícia federal, tendo sido acusado de toda sorte de desmandos no tocante ao direcionamento da coisa pública. Agora, o que se torna mais grave para seus pensadores e críticos, é que na hora de se compor uma nova chapa, parece não haver nenhuma oposição suficientemente potente. Desse modo, aquele que gritava ontem contra uma gestão corrompida, na manhã do dia seguinte, para um segundo pleito, aceitará costurar acordos bem difíceis de serem engolidos pelos eleitores e mesmo pelos cabos eleitorais. De fato, para os pensadores locais, em Catingueira cabe bem a expressão: “Todo político calça 40”. Todo pé é igual, todos os interesses administrativos são aparentados, no mínimo. Muitos não conseguem ver diferenças significativas nas siglas das agremiações partidárias.

Em que pese sua sorte gerencial, Catingueira apresenta-se bastante ajeitada. Suas habitações, mesmo as mais empobrecidas, encontram-se com fachadas simples, mas bem arrumadas, e dá gosto de ver.

A política pública para as crianças

Aqui é válido termos em mente que desde 1988, o artigo 227 da Constituição Federal manda que se garantam, com prioridade absoluta, os direitos das crianças brasileiras. Por esse mesmo ato, a constituinte incumbiu a família, a sociedade e o Estado de “protegê-las contra qualquer forma de abuso” (RIZZINI & PILOTTI, 2011: 28). É importante lembrar que diversos outros grupos etários nacionais são também prioritários, porém apenas e somente as crianças constituem a prioridade absoluta da nação. A criança é, portanto, a prioridade de todos, da sociedade inteira, da qual ninguém poderá se eximir.

Decerto por isso, tanto o ECA quando a Constituição Federal acolhem e valorizam a iniciativa particular, caritativa e filantrópica dos grupos religiosos e não governamentais em favor das crianças, sobretudo quando dizem que a garantia de seus direitos cabe à família, à comunidade, à sociedade e ao Estado. No entanto, para um significativo e crescente grupo de defensores do ECA e de militantes pensadores da causa da infância, o serviço às crianças brasileiras precisa se tornar, cada vez mais, política pública. Esse grupo vem compreendendo que a política pública é uma resposta de governo a uma demanda populacional. Por isso, para Rizzini, Barker e Cassaniga (1999: 5): “As verbas públicas devem ser prioritariamente empregadas com aqueles que não dispõem de recursos”. Embora entendamos e, em certa medida, comunguemos com as autoras acima referidas, preferimos que os recursos públicos destinados à infância sejam empregados em favor das crianças, das empobrecidas e das que provêm de famílias em melhores condições socioeconômicas, evitando assim o binarismo político, a dicotomia prática que acima criticamos, mesmo sabendo que isso é utopia para longos anos.

Por ser uma ação de governo, uma política pública é sempre desenvolvida no conflito de diversas ideologias, ou como notou Sposati (2009: 15), “é um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas e tradições”. Para obter aprovação ela tem de passar pelo crivo ideológico do legislativo, até ser sancionada pelo poder executivo. Como diz Faleiros (2011: 89) “As políticas (públicas) se estruturam de acordo à correlação e à hegemonia dos blocos no poder, em cada conjuntura”. Isso significa muita negociação no melhor e no mais difícil sentido do uso desta palavra. Os resultados podem ser arrojados, frágeis ou simplesmente pífios ou sem efetividade no caminho proposto.

A política pública para as crianças brasileiras, como toda e qualquer política nacional, sempre esteve imersa num teatro de disputa de poder. É importante dizer que as crianças, embora tenham se tornado, desde 1988, prioridade absoluta, nunca foram unanimidade nacional (PINHEIRO, 2004); aliás, nem estavam contempladas inicialmente nas discussões como assunto importante e separado na Constituinte. Elas entraram na Constituinte não por força do querer legislativo, mas pela iniciativa popular (FALEIROS, 2011, PINHEIRO, 2004). Como os pesquisadores têm revelado, a política das crianças sempre foi o resultado de grupos brigando dentro ou fora da esfera governamental. Mesmo seguindo um único temário, os vários grupos nacionais não conseguem ter uma única visão ou visão hegemônica quanto se trata das crianças e de suas infâncias. Ângela Pinheiro (2004: 345), ao analisar os discursos dos constituintes, identificou “quatro representações sociais mais recorrentes sobre a criança e o adolescente: objeto de proteção social; objeto de controle e disciplinamento; objeto de repressão social e sujeito de direitos”. Embora a derradeira representação tenha sido melhor alardeada, ao longo das duas últimas décadas no Brasil, por conta do ECA, não podemos negar que as outras representações também continuam atuantes quando o assunto refere-se aos direitos das crianças. Na elaboração do próprio ECA, no entender de Lorenzi (2007), grupos minoristas e estatutistas estiveram em permanente enfrentamento teórico e ideológico. Embora a autora, por questões didáticas, coloque esses dois grupos em espaços distintos, isso não quer dizer que, em vários momentos, minoristas e estatutistas não ocupem os mesmos espaços e até a redação dos mesmos textos. Também não quer dizer que sejam apenas dois blocos assépticos, construídos sem ruídos internos. De nossa parte, defendemos que, no interior de cada bloco citado pela referida autora, existem muitos subgrupos. Porém, fazemos a distinção entre eles. Do nosso ponto de vista, o que melhor caracteriza os primeiros, os minoristas, é a negação da capacidade das crianças de lidarem com coisas que também fazem parte do mundo adulto, expresso na não aceitação da ‘agência infantil’, como vem sendo entendida pelos novos estudos sociais da infância (CORSARO, 2011; PIRES, 2011; RIZZINI, 2011; SARMENTO, 2011), e, em alguma medida, isso tem provocado insurreições da parte de alguns estatutistas. Os estatutistas, e aqui nos posicionamos neste lugar, acreditam na autonomia das crianças, observam que elas são capazes de simbolizar o mundo que as rodeia, pleiteiam maior participação delas naquilo que lhes diz respeito, mesmo tendo em consideração a medida de seu desenvolvimento e as suas muitas circunstâncias sociais. De qualquer maneira, muitos estatutistas e muitos

menoristas continuam se engalfinhando, cada qual defendendo suas formas de controle, aprimorando suas maneiras burocráticas sobre as crianças empobrecidas, mesmo quando estão argumentando em favor dos direitos constitucionais desta população em questão.

A política pública e as crianças em Catingueira

Como dissemos anteriormente, partimos da posição que acredita que as políticas públicas para as crianças, seja no sertão ou no litoral, terão sempre algo a comunicar ao investigador. Em primeiro lugar é necessário destacar que a maioria das políticas públicas não são feitas para, com ou a partir das crianças. Algumas “políticas” são, inclusive, feitas contra as crianças. Em segundo lugar, embora todos os militantes e pensadores da área dos direitos das crianças saibam que a formulação de políticas para a infância é da responsabilidade dos “Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e paritário entre governo e sociedade civil” (RIZZINI & PILOTTI, 2011: 29), a maioria das políticas para crianças não são criadas nas instâncias nem nas gestões municipais. Nesse sentido, as políticas de Catingueira, todas elas, são determinadas pela esfera federal. Em terceiro lugar, justo porque vêm do federal, não se pode enxergar, diretamente, nas políticas desenvolvidas no âmbito municipal, o peso do ECA, derivado da influência dos Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA ou do Conselho Tutelar. Não estamos aqui questionando se a esfera federal tem ou não autoridade para determinar ações políticas para os Estados e municípios; também não estamos negando a possibilidade de estas terem sido determinadas pelas conferências municipais, estaduais e federal. Contudo, é necessário colocar as seguintes interrogações: se as políticas públicas federais, como as conhecemos na maioria das pequenas cidades brasileiras, não existissem, será que a municipalidade estaria atenta às necessidades de suas crianças? Será que a ação federal não limita, em alguma medida, a capacidade dos municípios? Será que a esfera federal como a maior financiadora e propulsora das políticas públicas municipais não coloca os municípios a reboque, apenas no lugar de executor a-crítico, a-criativo de políticas, ao invés de também pensadores de suas próprias realidades? Não acreditamos que as circunstâncias sociais e culturais possam ser igualadas nacionalmente, como fazem as políticas públicas federais, dividindo os municípios apenas em pequeno, médio ou grande porte. Por esse critério, somente o montante financeiro a ser-lhes destinado termina diferenciado.

Certamente estas são questões que precisariam de alguma investigação, embora não caibam nos objetivos deste artigo.

Na maioria das políticas públicas, mesmo quando são o foco principal, as crianças não são consultadas e nem têm acesso ao menor tipo de deliberação (SARMENTO, FERNANDES E TOMÁS, 2008). Em algumas políticas, mesmo quando acabam tirando delas um maior proveito pessoal, as crianças continuam na marginalidade, à sombra dos respingos ideológicos (QVORTRUP, 2010).

Por tudo isso, o que as políticas públicas são ou deixam de ser, a forma como são executadas, as inspirações subjacentes ao seu planejamento, a participação ou não dos destinatários, o fato de serem pensadas localmente ou de virem impostas por uma instância maior da federação, tudo isso aponta para uma significativa indagação: qual é o valor, o papel ou a importância daqueles que serão atingidos por esta ou aquela ação pública? O que se quer atingir objetivamente? Responde ao município uma política formulada para todo o Brasil? Conforme Jens Qvortrup (2011: 202), “todos os eventos, grandes e pequenos, terão repercussões sobre as crianças, como parte da sociedade; e, em consequência, elas terão reivindicações a serem consideradas nas análises e nos debates acerca de qualquer questão social maior”.

De um modo geral, na maior parte do Brasil, as crianças ainda não influenciam os serviços públicos, nem quando estes a elas são destinados. Mesmo que alguns partidos defendam o orçamento democrático, a mentalidade administrativa, especialmente na região Nordeste, parece ainda não acreditar que as pessoas sejam capazes de determinar a melhor forma de investir o dinheiro público. Alguns gestores continuam pensando que somente eles sabem o que é melhor para a população, decidindo, planejando e executando tudo de forma paternalista e/ou autoritária, quando de alguma forma bem o fazem. Quando essa população é formada por crianças, a situação fica um pouco mais delicada, ou totalmente obstruída, porque quase todos os que pensam nelas acabam entendendo-as a partir de um determinado ideal imaginariamente construído e reificado de infância. E qual seria esse ideal de infância? É aquele que nega qualquer autonomia, capacidade de participação ou agência às crianças. Como lembra Campos (2009: 151), “infância vem do latim “infantia” e diz respeito ao indivíduo que ainda não sabe falar”. Ora, se não sabe falar, não sabe o que dizer, não tem por que ser escutada, a conclusão é ligeira. Na observação de Sousa (2005: 54): “Ela não fala, e por não falar, nunca ocupa a primeira pessoa nos discursos que se ocupam dela”. Nesse sentido, atenta à questão, Lajolo (2011: 230) afirma que “a

infância é sempre definida de fora”. Portanto, partindo de semelhante mentalidade não há como pensar na participação de crianças pelas vias oficiais.

No caso das políticas públicas para a infância, na cidade aqui analisada, a situação é bem complexa, exigindo seriedade teórica, acuidade intelectual e delicadeza acadêmica, para não incorrerem em injustiça, apontando para chifres em cabeça de cavalo ou dizendo coisas que não têm o menor sentido, por conta de uma possível mal elaborada compreensão. Assim, é preciso chamar a nossa atenção para uma série de elementos significativos nesta ponderação. Se considerarmos os critérios de participação de crianças nas decisões que a elas dizem respeito, se levarmos em conta o pensamento e a deliberação do querer do povo da cidade na elaboração das ações, se atentarmos para a possibilidade de influência do ECA através dos conselhos de direitos e tutelar, se aventarmos a democrática ideia da descentralização das ações públicas via municipalização etc, elementos que embasam as políticas públicas nacionais (TEIXEIRA, 2011), não poderemos dizer que existem políticas tipicamente municipais ou políticas para as crianças em Catingueira. Bom, se não existem, e com esses critérios um tanto abstratos elas não existem mesmo, o que há em seu lugar? Aqui a situação nos impõe deixarmos de lado essa crítica, que, de tão enfática, pode até soar bairrista ou municipalista em excesso, e reconhecermos que existem as políticas vindas do governo federal e que é por essas ações que as crianças, na maior parte do tempo, são beneficiadas. Reconhecer na cidade a existência de políticas federais não nos exime de enxergar a problemática. E é justamente isso que nos leva a comungar com Qvortrup (2010: 783) quando afirma que “muito do que influencia as crianças no seu dia-a-dia é, na verdade, instigado, inventado, ou simplesmente ocorre sem que houvesse a menor preocupação com as crianças ou a infância”.

É interessante fazermos aqui essa digressão para pensar com cuidado e respeito, inclusive na direção daqueles que executam as ações. De qualquer forma, a partir de nossa análise - e esperamos que ela não seja tão míope, acanhada ou mesmo mesquinha e irresponsável -, as ações do município parecem apenas tocar, tangencialmente, as crianças. Decerto esse fato diz muito sobre a consideração que as crianças recebem dos poderes públicos municipais, ao mesmo tempo em que denuncia as limitações que experimentam os serviços públicos federais quando de sua transportação, em ‘equipamentos pouco adaptados’, para as vias municipais.

Está claro que as políticas públicas municipais, que é onde se pode ver o desenrolar das ações concretas, no Brasil, ainda não cobrem todas as necessidades das crianças de sua população.

Abaixo descreveremos parte das políticas que vimos funcionando para as crianças catingueirenses, separando-as e comentando-as, quando possível, em suas implicações.

A Educação.

Marília C. Dias (2011: 50) afirma: “O direito à educação significa direito a um processo de desenvolvimento que respeite e favoreça a realização de todos os outros direitos”. Este ano, 2012, no que tange à Educação, na zona urbana, a cidade conta com duas grandes escolas, sendo uma do Estado da Paraíba e outra do Município de Catingueira. O Estado dispõe de cursos do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º anos do Ensino Médio. O Ensino Fundamental só será ofertado pelo Estado até 2015; a partir de então, o município se responsabilizará. O poder municipal já oferece todo o Ensino Fundamental, mas não dispõe de creches ou de outra forma de educação infantil na modalidade pública.

Há também escolas rurais, porém constata-se a crescente redução do número de seus alunos; por isso, algumas escolas já foram fechadas. A gestão diz que é mais barato trazer os alunos para a cidade, em dois ônibus escolares, do que manter as escolas rurais com um funcionamento reduzido. Vários dos professores rurais estão sendo reaproveitados na escola urbana e se diz que alguns pais de alunos dos sítios preferem que seus filhos estudem na cidade.

Em Catingueira há uma valorização importante do estudo, por parte das famílias, chegando a ser entendido por pesquisadoras como elemento importante para a ascensão social, para a quebra do ciclo vicioso da pobreza extrema na cidade (SOUZA, 2011; SANTOS, 2011; SILVA, 2011).

Dentro das políticas tradicionais do município, a educação é, talvez, aquela que figura como “direito” na compreensão da maioria das crianças, mas este é também um direito contestado, porque transformado em condicionalidade pelo Programa Bolsa Família. Sobre esse tema, diz Silva (2011: 25): “direito não deve ser tratado como uma moeda de troca”.

A Saúde

O município é também acobertado pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Dispõe de três postos de saúde na zona urbana, um deles desativado, por falta de equipamentos, segundo os moradores.

Há uma maternidade, que fora erguida numa antiga gestão municipal, mas encontra-se há vários anos com funcionamento suspenso. Portanto, isso significa dizer que a garantia do direito de nascer não tem mais lugar no município. Todas as parturientes são retiradas da cidade e levadas para Patos – PB. É claro que compreendemos todo modelo de pactuamento e de financiamento preconizado pelo SUS, mas isso não deve silenciar a nossa atenção.

A saúde parece não ser considerada uma necessidade no universo infantil. Não existe especialista em saúde infantil e nenhum atendimento pediátrico é possível na cidade. Perguntamos a Tiago, 8 anos, se ele já tinha ido ao posto de saúde: “eu nunca fico doente, mas a minha vó vai direto”. Nos PSFs (Programa de Saúde da Família) também são feitas a pesagem das crianças, aplicadas as vacinas infantis das campanhas e o acompanhamento pré-natal, como ordena o funcionamento do sistema nacional de saúde, mas não há nenhuma inovação da parte do município.

No prédio da antiga maternidade, hoje funciona uma das Equipes do PSF, que oferece serviços médicos e odontológicos. Lá também foi instalado o SAMU, em setembro de 2011, e tem prestado, em média, 60 atendimentos mensais à população. Desse serviço, conhecido por crianças e por adultos, a população se orgulha, “por já ter salvo muitas vidas”. Ouvimos de um meninozinho, Luiz, 7 anos: “Minha mãe diz que o SAMU é uma maravilha”.

O município dispõe ainda de ambulâncias e carros à disposição da Secretaria de Saúde, os quais transportam as pessoas que carecem de atendimentos para Patos – PB, Campina Grande ou para a Capital do Estado. Esse serviço público pareceu-nos, por conta da cuidadosa atenção que lhe é especialmente destinada pela gestão, ser um trabalho especialmente de caráter eleitoral, como se estivesse em campanha permanente, visando um pleito futuro.

“Em Catingueira só se faz o que é ordenado. Quando uma campanha nacional ou estadual é aberta, contra a dengue, contra o barbeiro, de escovação dentária, ou qualquer serviço de prevenção de epidemias, o município executa; além disso, nada” (Carla, 26 anos).

Não conseguimos ver funcionando, nem nos comentários dos habitantes, adultos ou crianças, algo da política de saúde que houvesse sido pensado no município em favor das crianças.

A Assistência Social

Para Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007: 185), “as crianças são o grupo geracional mais afetado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pelas carências das políticas públicas (...)”. A assistência social, no modelo proposto pela PNAS – Política Nacional da Assistência Social (BRASIL, 2004), passou a ser política pública para quem dela necessita.

Em Catingueira, como na maioria das pobres cidades do país, a Secretaria de Assistência Social, ou a “Ação Social”, como lá é chamada, ainda não conta com dotação orçamentária própria. Mas conta com uma série de programas, todos inventados e financiados pelo governo federal, tais como: CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Tele-Centro e PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Observamos, no entanto, uma queixa generalizada a respeito do funcionamento deficitário desses equipamentos. Embora o responsável pela Secretaria de Assistência Social tenha enaltecido a existência do Telecentro, ressaltando o fato de Catingueira ter computadores ligados à rede mundial, franqueados à população, várias crianças disseram-nos que o referido equipamento não estava funcionando havia algum tempo. O PETI estava procedendo a uma nova seleção profissional, por haver perdido várias de suas educadoras sociais “por questões políticas”, disse-nos Fátima, 30 anos. Mesmo devendo atuar junto às crianças no tempo das férias, o PETI ficou sem atividade os últimos 15 dias de dezembro 2011, o mês de janeiro e durante todo o mês de fevereiro de 2012. Quer dizer, é como o inferno, descrito por Ariano Suassuna em o ‘Auto da Compadecida’: existe, mas não funciona. O CREAS também tem suas atividades bastante reduzidas por conta das condições estruturais de funcionamento. Vale aqui o conselho indicado por Faleiros (2011: 37): “Para se analisar as políticas de proteção à infância em conformidade com os atores situados no próprio bloco de poder é necessário partir da questão por eles mesmos colocada: esta política, de fato, existiu?”. Parafraseando-o, devemos nos perguntar: existe mesmo um PETI, um Telecentro, um CREAS em Catingueira? E para quê?

É importante ter em mente que a “cidade é atravessada pela BR 361”, possui vários relatos de “exploração sexual infanto-juvenil”, tem significativa incidência de “trabalho infantil”, possui registros de “denúncia de abandono e de negligência à infância”, além de ter sido “região de garimpo”. Esses fatos, transmutados em dados sociais e geográficos, acrescidos de “IDH-M – índice de desenvolvimento humano municipal” abaixo da média nacional, regional e estadual, na casa de 0,555 (FAMUP, 2012), conforme apontou Francisco, 36 anos, justificaram, inclusive, que o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social tenha beneficiado a cidade com o antigo Programa Sentinela, hoje transformado em CREAS, um programa do governo federal que visa enfrentar a violência contra a pessoa humana no município.

A Cultura

O responsável pela Secretaria de Cultura de Catingueira nos informou que a sua pasta foi pioneira, em todo Estado da Paraíba, na elaboração de um plano democrático e cultural, cujo objetivo principal é a valorização das manifestações artísticas locais. O referido plano entrará em vigor, uma vez aprovado pela câmara dos vereadores, nos anos de 2012 até 2022 (SECULT, 2012). Esse plano foi elaborado a partir de uma conferência, com importantes lideranças municipais, professores, gestores, pessoas comuns e pessoas envolvidas com o fazer artístico na cidade. Na longa entrevista que tivemos com o responsável pela implementação das ações da cultura no município, fizemos-lhe a pergunta habitual, que costumávamos fazer a todos os gestores com os quais nos foi dado conversar: “o que a sua pasta oferece às crianças catingueirenses?” Sentimos que ele foi pego de chofre, mas não tentou se desculpar. Com a sinceridade própria do homem que entende que a coisa pública é feita num processo de amadurecimento contínuo, disse-nos em tom entristecido: “Nessa vocês me pegaram, diretamente as crianças não estão contempladas”. De fato, o texto inteiro não contempla, de forma explícita, serviços para as crianças em sua versão final. O universo adultocentrado (SILVA, 2011; SILVA & PIRES, 2011) da cultura brasileira, na maioria dos feitos políticos, coloca a criança à margem tanto das decisões quanto das benesses públicas. Antes de nos dizer que não tinha nada no plano de cultura, o titular da pasta, também artista e antropólogo, havia dito que estava oferecendo, por conta própria, aulas de violão para as crianças municipais. Contudo, quando indagamos se era uma ação pública, ele disse que não, que era uma ação voluntária. Conforme afirmou o titular da

política cultural, a sua secretaria também espera poder contemplar as crianças com alguns dos projetos que estão em fase de captação de recursos. Mas isso é tudo.

As crianças mesmas parecem não ligar para o fato ou ligam à sua maneira. Porém não ouvimos nenhum comentário ou reclamação que se dirigisse ou reivindicasse ações desta secretaria enquanto estivemos na cidade. Embora o secretário tenha planos de baixo custo para a população municipal, tais como Cine-Teatro, Orquestra de Câmara, Museu Inácio da Catingueira etc, a ‘política cultural’ da cidade centra-se em duas grandes épocas, na festa do padroeiro, que acontece em janeiro, e na festa de João Pedro, uma espécie de festa junina fora de época, que acontece em julho. E nesses eventos as crianças participam farta e alegremente com toda a sua família, sobrevivendo na memória de muitas crianças o ano inteiro, como observou Jessica Silva (2011), quando diz que as crianças reservam algum dinheiro do programa bolsa família para gastar nesse período.

O Esporte

Azevedo (2011: 9), em pesquisa realizada em países de língua portuguesa, afirma que “o futebol, enquanto fenômeno sociocultural e também prática vivenciada no tempo livre, constitui um dos esportes hegemônicos, quase que na totalidade dos países de língua portuguesa”. Na pequena Catingueira não é diferente. Como em quase todas as partes do Brasil, as crianças estão, frequentemente, correndo atrás de bola. Catingueira é a terra do futebol. Mesmo que outras manifestações sejam praticadas esporadicamente, todos os que jogam ou torcem preferem, claramente, o futebol. Aliás, disse Flávio, 15 anos, que “Catingueira é 100% futebol”. As crianças jogam sempre. Durante o dia, vão ao campo, à quadra destruída pelo vendaval ou jogam bola nas pontas de ruas, nas praças e nas calçadas. À noite, às quartas-feiras, especialmente crianças do sexo masculino e homens se aglomeram na frente da televisão, seja na praça, na lanchonete principal ou no bar do coreto, para assistir aos jogos de diferentes rodadas dos campeonatos brasileiros.

Contudo, é preciso destacar que o campo de futebol do município não tem nenhum dia reservado a elas. Embora estejam, todos os dias, como se estivessem batendo ponto numa obrigação laboral, as crianças ocupam apenas pequenos espaços pelas beiradas do gramado, enquanto os adultos disputam ou treinam em dias determinados. A bem da verdade, a Secretaria de Esportes não tem nenhuma ação política esportiva, muito menos ainda um olhar voltado para as crianças.

Existe, é certo, uma única escolinha de futebol, que ocupa o campo do município, uma ou duas manhãs por semana. Porém a escolinha pertence a um organizador particular, e cobra, por mês, por seus serviços, 15 reais de cada criança, decisão que deixa de fora a maioria da população infantil empobrecida do município, por não dispor da quantia estipulada.

Como justificar que a Secretaria de Esporte de Catingueira não consiga enxergar o desejo das crianças e sua ‘loucura’ pelo futebol? Será que é porque elas não votam? Será que é porque seu desejo não conta? Sarmento, Fernandes e Tomás (2007: 185) afirmam que “a exclusão das crianças da ação política direta caminha a par do efeito simbólico da sua invisibilização política”. É bom pensar. São mesmo invisíveis politicamente?

O lazer

A política para o lazer, em Catingueira, parece-nos não ser uma temática que ocupe o interesse da gestão. Em sua pesquisa de campo na periferia do Recife, Mônica Franch (2002: 121) afirma: “Quanto aos espaços de lazer, é comum escutar reclamações da falta de equipamentos destinados à recreação de jovens e crianças”. Embora tenhamos ouvido essa queixa com bastante frequência, é preciso por em destaque que as pessoas da cidade, de um modo geral, vão descobrindo seus ambientes e vão fazendo uso deles dentro de suas possibilidades. Talvez por isso se queixem de que o caminho de acesso ao Alto da Serra da Catingueira e a vereda que desemboca na Cachoeira Mãe Luzia não foram, até o presente, por nenhuma gestão, facilitados. Os times de futebol, com exceção do campo gramado, não recebem incentivo nenhum do poder público municipal. As duas quadras de esportes, uma das quais dentro do complexo escolar, que há aproximadamente três anos foram destruídas por um vendaval, não foram ainda consertadas. Na praça principal, o único atrativo é uma televisão, cujo funcionário responsável há dois anos não recebe um tostão. No dia em que chegamos a Catingueira havia um circo e este estava fazendo sua última apresentação. Mas não nos pareceu ser incentivado pelo poder público local como importante recurso ao lazer municipal.

Do ponto de vista do lazer infantil, as crianças, assim como os adultos, se viram como podem, não importa se correndo atrás duma bola em todo e qualquer lugar, se montadas em bicicletas pela rua, ou se brincando de esconde-esconde em cima das pedras da Fonte do Olho D’água, ou pulando o calçadão da igreja. Monica Franch

(2002) nos indica que desenvolver atividades nas ruas não significa, necessariamente, ausência de equipamentos públicos apropriados. Para a referida autora: “A ocupação das ruas é mais uma expressão da maneira pela qual os moradores de periferia se relacionam com o lugar onde moram” (FRANCH, 2002: 126).

Embora tenhamos feito as observações acima, devemos acrescentar que ultimamente a população tem podido contar com um atrativo especial na cidade que é a piscina pública municipal. Esta, construída em 2011, é aberta aos sábados e domingos à população em geral. Recentemente ela recebeu vários atrativos, como bancos de sol, guarda-sol, escorregador e chuveiros. Para o acesso à piscina não existe nenhuma restrição, controle ou organização. Todos podem entrar, tomar banho e ir para casa. Às vezes as crianças saíam correndo do campo de futebol, que fica ao lado, e tibungavam dentro da piscina sem nenhuma prévia preparação, vestida de calção e de camisa, até mesmo com as sandálias nos pés. Pareceu-nos que o fim derradeiro da piscina é o banho. Quando perguntamos ao coordenador de esportes se havia algum programa de sua pasta para a piscina, este me informou que esta, estranhamente, encontrava-se sob a responsabilidade da Secretaria de Obras.

A participação política das crianças em Catingueira

Neste tópico, depois de havermos mostrado as políticas para as crianças de Catingueira, em seu funcionamento, por vezes, muito deficitário, ficamos nos perguntando o que diriam as crianças se fossem consultadas. As crianças poderiam participar das decisões que são tomadas em sua sociedade? Teriam elas condições de se manifestar frente aos poderes legalmente constituídos que as circundam? Teriam capacidades racionais de participar das deliberações sociais? Seriam capazes de reivindicar algum direito? Existe alguma possibilidade de participação política para as crianças em nossa sociedade?

Alguns autores têm observado que as crianças, de um modo geral, não são consultadas quando da formulação de políticas, mesmo quando estas afetam suas vidas diretamente (QVORTRUP, 2010; SARMENTO, FERNANDES & TOMAS, 2007; RIZINI, 2011). Mas, conforme nossa observação, mesmo não sendo consultadas, nem sequer consideradas, as crianças atuam, politicamente, de forma bastante criativa, nos grupos de pares (CORSARO, 2011), fazendo-se, de alguma forma, visíveis, sobretudo pela ocupação dos espaços de sua comunidade em suas práticas sociais cotidianas. E estas práticas sociais, como coloca Sarmiento (2011: 585), “reconfiguram os lugares

institucionais em que vivem as crianças, em cada momento, e as formas de ser e de agir das crianças “contaminam”, alteram, modificam permanentemente as práticas familiares, escolares, institucionais, e dos territórios e espaços sociais em que se encontram”.

Para Liana Lewis (2004: 233): “A forma como a sociedade em geral exerce controle sobre as crianças explicita como lida com o poder, pois a criança não apenas não é um ser natural e neutro, como também é um ser político”. Como seres políticos e não neutros, as crianças têm suas formas de atuação e participação. A atuação política das crianças em Catingueira, através de suas práticas sociais e cotidianas, não é ainda uma atuação consciente, no sentido racional da expressão, comumente entendida pelos diversos atores sociais militantes. É uma atuação intuitiva, afetiva, no caminho de uma racionalidade possível, como entendido por Heloysa Dantas (1992), a partir de uma inspiração em Henri Wallon. Essa atuação política, em nosso modo de entender, certamente, se dá pela ocupação e pelo uso dos espaços públicos de sua comunidade.

Como observado por Liana Lewis (2004) em crianças em situação de rua no Recife, embora em situação bem diferente, as crianças a partir das quais tecemos comentários demonstram seu uso do poder, ou de uma espécie de poder não de todo considerado pelo grupo que as circunda, ocupando a cidade, estando em todos os espaços.

Como dissemos acima, comumente as crianças podem ser vistas correndo atrás duma bola, isso em todo e qualquer lugar, ou montadas em bicicletas pela rua, ou brincando de esconde-esconde em cima das pedras da Fonte do Olho D’água ou pulando o calçadão da igreja. Sua ocupação territorial nem sempre ocorre pacificamente. Mónica Franch (2002: 126) observou que “o jogo na rua pode ocasionar conflitos entre as gerações, nos quais se expressa uma certa hostilidade dos adultos em relação aos jovens – brigas verbais, colocação de obstáculos como cacos de vidro no chão para impedir a realização dos jogos etc”. Por conta do tempo que teimam em ficar evidentes nas ruas da cidade, já houve no município o estabelecimento de um toque de recolher, decretado por um promotor público da região, embora essa determinação tenha sido considerada estapafúrdia pela promotoria posterior, não se sustentando por ferir o próprio ECA. Além disso, muitas vezes elas são proibidas, pelos adultos e com anuência do Conselho Tutelar, de ocuparem alguns lugares, como as Fonte do Olho D’Água ou o espaço coberto da Secretaria de Assistência Social. Abaixo mostraremos

alguns dos lugares de maior visibilização das crianças, maneira estratégica, considerada por nosso pensamento, como forma de participação política.

A Piscina

Em Catingueira, em alguns ambientes, as crianças parecem impor maior visibilidade política, por conta de sua ocupação espaço-territorial. O primeiro desses espaços que aqui destacamos é o da piscina, uma importante construção da prefeitura e que é aberta aos sábados e aos domingos à população. Lógico que esse não é um espaço apenas delas e nem foi pensado somente para elas, mas para todos da cidade. É para lá que vão homens e mulheres, rapazes e moças, também para beber, comer, paquerar, nadar, se embriagar etc. É um espaço caracteristicamente híbrido (CANCLINI, 1997), como toda sociedade humana contemporânea. Ao nosso ver, a piscina é, inclusive, um dos melhores exercícios de democracia e inclusão em Catingueira: ela não coloca apenas os adultos no centro. Na piscina misturam-se adultos, jovens e crianças, homens, rapazes, mulheres, moças, meninos e meninas, o que também pode ocasionar importantes aprendizados.

A Praça

Outro lugar importante de visualização das crianças é a praça principal da cidade, especialmente a parte que fica por detrás da Igreja de São Sebastião. Nela as crianças brincam, sentam-se em longas conversas, jogam na banca de jogo de azar, também conhecida como a 'Banca do Enfinca'; quando têm dinheiro, vão à lanchonete ou à padaria pra comprar guloseimas, lá chamadas de brebotes e burungangas (BENJAMIN, 2010).

A Igreja

Um terceiro espaço de ocupação e atuação política infantil, mesmo que em menor proporção, é a religião. É claro que em todas as igrejas as crianças estão presentes. Mas aqui quero destacar o caso do terço dos homens, recitado a cada sexta-feira, na igreja Católica, no qual as crianças são convidadas a rezar o quinto mistério. Assim como os adultos, as crianças presentes fazem questão de rezar ao microfone, a partir do qual sua voz é irradiada pela torre da igreja para toda a cidade. Nesse sentido, o convite do padre às crianças parece ser uma deferência especial.

A Família

Um lugar de enorme ocupação política infantil, nos últimos tempos, também por conta do Programa Bolsa Família, é o espaço doméstico. Em Catingueira, as famílias entendem que as crianças são as principais responsáveis pela entrada do dinheiro do referido programa em seus lares, dando a elas, inclusive, algum poder de barganha (SOUZA, 2011, SILVA, 2011, SANTOS, 2011, SILVA JARDIM, 2010).

Reparamos ainda que as crianças de Catingueira estão sempre em referência, pelo menos, a três modelos de infâncias: a dos avós, a dos pais e a das próprias crianças. Há quase sempre um confronto geracional. Os avós dizem que criaram seus filhos no cabresto curto e estes criam seus netos com toda a soltura do mundo. Os avós viveram em um tempo em que crianças não tinham direito algum, os filhos cresceram num tempo intermediário, e os netos estão crescendo num tempo em que a criança é quase considerada um pequeno rei em suas vontades. Mas as famílias catingueirenses, em geral, valorizam suas crianças. Como observou Souza (2011: 56), “a criança ocupa um novo espaço na família, é ouvida e tem condições de negociar seus interesses com os adultos”.

A Escola

A escola, em Catingueira, talvez seja o lugar que melhor concentra a reivindicação política das crianças. Certa vez, um idoso que observava o transporte escolar confessou-nos: “Hoje está muito bom. Só não estuda quem não quer. O governo dá o carro, dá a escola e até paga para os estudantes ficarem na escola. Quando eu era criança nem escola existia. Tinha a casa da professora, mas somente quem podia pagar é que ia estudar”. Isso talvez indique que os impactos desses 22 anos de ECA podem ter sido imensamente positivos para uma melhor visualização política das crianças brasileiras (SILVA, PEREIRA & BRAGA, 2011).

O Campo de Futebol

Por derradeiro, um espaço de especial visibilidade infantil em Catingueira é o campo de futebol. Esse espaço é marcadamente masculino. Nele os homens e os adultos em geral estão sempre no centro, sobrando às crianças algumas migalhas, como a condição marginal de se aproveitarem das beiradas do campo enquanto os adultos jogam ou treinam. Inspirada no pensador pós-colonial indiano Homi K. Bhabha, afirma

Sousa (2007: 05) que “o lugar da infância na sociedade pode ser um “entre-lugar” (...), isto é, o espaço intersticial entre dois modos: aquilo que lhe é imputado pelos adultos e aquilo que as crianças reinventam em seu próprio mundo”. Mas o fato de estarem nas beiradas não as impede de irem se apropriando de inúmeros aprendizados em seu processo de socialização.

Soluções políticas encontradas pelas crianças

A etnografia feita com, sobre e a partir das crianças tem reconhecido que, embora nem sempre consultadas, nem sempre consideradas como pensadoras de suas sociedades, as crianças têm, como qualquer outro agrupamento social, uma contribuição a oferecer àqueles que desejam entender a realidade do vivido pelos grupos humanos. Em sua pesquisa em Catingueira, Edilma N. Souza (2011: 56) constatou que “a criança é capaz de compreender algumas situações e de interferir em seu contexto social”. A referida autora conclui: “As crianças de Catingueira (...) conhecem as problemáticas do seu cotidiano”, opinião com a qual concordamos em número, gênero e grau, sobretudo depois de havermos investigado no mesmo espaço.

A bem da verdade, em Catingueira, as crianças são obrigadas a apresentar todos os dias, soluções bem criativas para suas brincadeiras ou para o seu simples jogo de futebol. Existe lá uma clara demanda que diz respeito à questão dos espaços a serem ocupados. Os meninos não têm, ao menos não conseguimos vislumbrar, um lugar para jogar seu futebol na cidade. O coordenador de esportes no município nos assegurou que não há política de esportes para crianças. E, o que é bem correto afirmar, também não há política de esporte para adultos; contudo, o fato de o campo de futebol ser reservado para os homens pode levar o observador a pensar que há uma política que os contempla, ao menos minimamente, ao passo que, para as crianças, nem espaço certo há. Mas isso, ao que nos pareceu, nunca foi um problema intransponível. “Como os outros grupos sociais, as crianças arranjam suas existências cotidianas com os meios que podem. Esses meios lhes são dados pelos dispositivos de socialização que lhes são impostos ou propostos”. (JAVEAU, 2005: 385). Vimos, inúmeras vezes, soluções bem criativas em toda a cidade, algumas delas em nome do desejo de jogar futebol. Partindo de nossa observação, foi possível ver que as crianças não apenas conhecem algumas problemáticas de seu cotidiano, mas também são capazes de apresentar soluções para elas.

Exemplificando o acima referido, durante nossa pesquisa, notamos, várias vezes, em Catingueira, um grupo de crianças levando rodo e vassoura para uma quadra de esportes que se encontrava em total abandono administrativo desde que fora destruída por um vendaval que aconteceu na região. Quando perguntamos a elas por que levavam tais instrumentos para a quadra de esportes, Silas, 11 anos, disse: “Porque o prefeito não se interessa em endireitar a quadra”. Paulo, 12 anos, afirmou que “o prefeito só sabe prometer, mas não faz nada”. Lucas, 9 anos, informou que “já veio um cara medir, tirar foto, mas não ajeitaram nada até agora”. Em outras palavras, ninguém até então tinha se interessado em resolver o problema. Como as crianças queriam brincar de bola e a quadra estava muito suja, elas resolveram limpá-la, “um pouquinho toda vez que a gente vem jogar”, disse André, 13 anos. De fato, esta seria uma função da política pública: garantir o direito de brincar, o acesso ao esporte, à cultura e ao lazer (BRASIL, 2006). Como nem sempre isso acontece, as crianças criam um jeito, dentro de sua medida de conhecimento, uma ajudando a outra, na conflitividade própria da idade, num aprendizado solidário, com os recursos de que dispõem. Alias, como reflete Moro (2010: 17): “Cada cultura elabora métodos que permitem à infância adquirir as competências intelectuais e sociais, os saberes e o saber-fazer que ela própria valoriza”. De certa maneira, nesse agir coletivo encontra-se também um valor cultural.

Visualizamos, além disso, crianças chutando bola a gol no meio da rua, tendo duas pedras ou duas sandálias por traves; vimos crianças chutando garrafas em lugar de bola etc. Mas no campo de futebol, presenciamos uma multidão sem contas de arranjos indicativos de todas as negociações infantis para que um pequeno jogo, num pequeno espaço e num curto tempo, pudesse acontecer. Todos esses arranjos demandavam soluções criativas, passando da negociação com o dono da bola, até chegar à organização dos pequenos times para uma pequena partida de futebol.

A cena que descrevemos a seguir chamou-nos a atenção pelo inusitado inteligente arrancado do vivido infantil. Havia duas traves de ferro sobrando no campo. Essas traves eram móveis, possivelmente foram trazidas da quadra que fora destruída pelo vendaval, que ocorreu há três anos na cidade, visto que o local de jogos não tem a menor necessidade delas. Dois homens seriam capazes de carregá-las sem grandes esforços. Porém, o mesmo não aconteceria com duas crianças. Para pô-las no lugar, sem requerer o auxílio dos homens, os meninos se enfileiravam, pegando as traves móveis e colocando-as nos lugares que queriam. A cena lembrava bem um grupo de formiguinhas

carregando uma grande folha de árvore. E foi, tirando de lado o perigo de se machucarem, uma das cenas mais ricas em bonitezas que vimos com relação à solidariedade, à organização, à criatividade, à independência e à agência infantis. Nesse sentido, acreditamos que é correto afirmar como Bernardes (2005: 50): “Nesses grupos infantis, formados com finalidades lúdicas, a criança adquire espírito de solidariedade e disciplina, experimenta com seus pares diversas funções, obedece e elabora regras traçadas pelo próprio grupo, (...)”. Quando imaginamos aqueles 10 meninos, de 07 a 10 anos aproximadamente, agarrados com aquela barra de ferro, transportando-a de um lado para o outro, sem solicitar a ajuda dos adultos, os vemos, em certa medida, apontando para uma agência importante: nós podemos.

Em Catingueira, as crianças não só aprendem boas lições sobre o jogo de futebol, elas também elaboram diversas formas de relacionamentos sociais, apontando para soluções, experimentando gestos de solidariedade entre seus próprios pares. Por tudo isso, Lima e Pires (2011: 12) indicam que “devemos enxergar a criança como sujeito atuante, ou seja, categoria que possui um papel ativo na construção das relações sociais de cada sociedade (...)”.

Ao observar suas ações, estas nos indicam que, mesmo não estando representadas nas instâncias que tomam as grandes decisões, é importante considerar que elas, de algumas formas, interagem “ativamente com os adultos e com as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assumem e de suas relações” (COHN, 2005: 28). Ou como diz Sarmiento (2011: 685): “Apesar de isso ser normalmente ignorado, a verdade é que as crianças agem e a sua ação transforma os lugares em que (con)vivem com os adultos”.

A seu modo, às vezes nem sempre compreendido pelo universo adulto que as governa, as crianças estão, constantemente, por sua marcante presença, pela ocupação que fazem de todos os espaços comunitários, pela proposição de soluções criativas para suas próprias vidas, pelas interações sociais, tanto nas esferas públicas quanto nas domésticas, reivindicando seus direitos de participação nos bens de sua sociedade.

Palavra final

No percurso de nossa observação, foi possível perceber que as políticas públicas oferecidas às crianças, em Catingueira, aquelas que existem e aquelas que funcionam, não foram pensadas a partir de uma necessidade da vida infantil local; todas vieram encaminhadas pelas mãos das instâncias federais e estaduais, talvez por isso,

funcionando muito precariamente no município. Contudo, indagamos: se elas não viessem ‘impostas’, será que o município iria apresentar melhor solução às carências de suas crianças? Destacamos, nesse sentido, a total ausência de um orçamento específico destinado à infância, especialmente notado nas conversas que tivemos com seus gestores, alguns dos quais nos mostraram a pouca operacionalidade dos conselhos de direitos no município.

Compreendemos que as políticas públicas não consideram as crianças, não as escutam e não se deixam influenciar pela existência delas, embora elas estejam ocupando todos os espaços sociais, para além dos domésticos. A política pública catingueirense, no que diz respeito às crianças, baseia-se num modelo adultocêntrico de tomada de decisão, não reconhecendo e nem oferecendo, por suas práticas, nenhum canal de diálogo com a infância. Porém, é importante reconhecer que as políticas públicas municipais, muitas vezes não feitas para as crianças, acabam respingando suas pequenas migalhas sobre elas.

Como destacamos ao longo deste artigo, as crianças de Catingueira não se quedam passivas a esta situação de carência reais de políticas públicas que as contemplem. Muitas delas, todos os dias, à margem das decisões governamentais, encontraram formas legítimas de participação, visibilização e proposição. Aqui estamos considerando a atuação infantil em Catingueira também como forma de reivindicação política de seus direitos, embora nem sempre seja assim compreendido pelos poderes públicos municipais. Em nossa opinião, as crianças fazem-se visíveis pela ocupação de todos os espaços públicos municipais, mesmo quando o acesso a alguns locais lhes é proibido. Além disso, muitas vezes elas estão, no grupo de seus pares (CORSARO, 2009), propondo soluções, limpando a quadra de futebol, compartilhando uma bola, deliberando, ou sendo solidárias em suas pequenas ações.

Políticas para crianças existem? Sim e não simultaneamente. Elas existem, mas não são inventadas, propostas ou financiadas pelo município, funcionando muito deficitariamente, com o agravante de que não consideram as crianças, respingando apenas sobre elas. Possivelmente se elas deixassem de ser políticas para crianças empobrecidas, sendo verdadeiramente políticas públicas, políticas universais, para todas as crianças, talvez funcionassem a contento.

Por fim, devemos aqui destacar que o que foi dito sobre Catingueira não é exclusividade dela. A maior parte das cidades brasileiras trata de forma semelhante as

suas crianças. Certamente este é o momento de valorizarmos o pensamento das crianças, seus modos de atuação, suas ações solidárias, suas tentativas de construção de um espaço de inclusão social e de superação das dicotomias sociais.

Referências:

- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. *A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFPE, 2002. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1045/1/tese.pdf>. Acessado em 21/07/2012.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Trad. D. Flaksman. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981
- AZEVEDO, Aldo Antonio de. Futebol, Práticas Culturais e Sociedade na Percepção de Jovens de Países de Língua Portuguesa. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidade desigualdades, nos dias 07 a 10 de agosto de 2011, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) Salvador - BA. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307672645_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOCONLAB2011FINALAldoAzevedo.pdf. Acessado em 30/04/2012.
- BENJAMIM, Tatiana. BREBOTOS E BURUGANGAS: analisando o 'empoderamento' infanto-juvenil no Sertão Paraibano. *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 15, março 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos/n15/1%20artigo%20tatiana.pdf>. Acessado em 13/07/2012.
- BERNARDES, Elizabeth Lannes. Jogos e brincadeiras: ontem e hoje. *Cadernos de História da Educação* - n°. 4 - jan./dez. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/384/365>. Acessado em 08/08/2012.
- BRASIL. Resolução do IBGE n° 05, de 10 de outubro de 2002. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Resolu%C3%A7%C3%A3o_do_IBGE_05_de_2002/Para%C3%ADba. Acessado em 27/06/2012.
- BRASIL – Política Nacional da Assistência Social – PNAS. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.
- BRASIL. Estatuto da CRIANÇA e do ADOLESCENTE. 3. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
- CAMPOS, Roberta B. C. Pesquisando o invisível: Percursos Metodológicos de uma pesquisa sobre sociabilidade infantil e diversidade religiosa. *Teoria e Sociedade* n° 17.1 – janeiro-junho de 2009, p. 148-175. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~revistasociedade/edicoes/artigos/17_1/PESQUISANDO_O_INVISIVEL.pdf. Acessado em 23/07/2011.

- CANCLINI, Nestor. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. H. P. Cintraão, A. R. Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- CORSARO, W. A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.
- CORSARO, W. A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: MULLER, F; CARVALHO, A.M.A (Orgs.) *Teoria e Prática na Pesquisa com Crianças: Diálogos com Willian Corsaro*. São Paulo: Cortez, 2009.
- DANTAS, Heloysa. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: DE LA TAILLE, Yves. *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.
- DIAS, Marília Costa. Educação: um direito prioritário. *Veras*. Revista Acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz. ISSN 2236-5729. v.1, n.1 (2011) Disponível em: <http://iseveracruz.edu.br/revistas/index.php/revistaveras/article/view/5/4>. Acessado em 14/04/2012.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A Infância e o processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A Arte de Governar Crianças - História das políticas sociais, da legislação e da assistência à Infância no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FAMUP – Federação das Associações dos Municípios da Paraíba. Disponível em: <http://www.famup.com.br/index.php?run=idh&op=alf>. Acessado em 21/06/2012.
- FONSECA, Cláudia. Conexões Intergeracionais em Famílias Acolhedoras: Considerações sobre tempo e abrigamento. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com práticas psicológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FRANCH, Mônica. Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.2, jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_8artigo_p117a134.pdf. Acessado em 24/10/2012.
- JAVEAU, C. Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 379-389, Maio/Ago. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 22/07/2011
- LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LEWIS, Liana. Como ser uma criança na calçada: pontuações etnográficas sobre algumas crianças em situação de rua na cidade do Recife. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 9, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9035>. Acessado em 17/05/2012.
- LIMA, Daylson S; PIRES, Flavia F. A Criança e o Programa Bolsa Família. Trabalho apresentado no XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS 6 a 11

- de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/alias/arquivos/alias_GT14_Daylson_Lima.pdf. Acessado em 23/04/2012.
- LORENZI, G. W. Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. *Pro-Menino*, 2007. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaeAdolescentes/tabid/77/ConteudoId/70d9fa8f-1d6c-4d8d-bb69-37d17278024b/Default.aspx>. Acessado em 18/03/2012.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A Roda dos Expostos e a Criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, M. C (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MEENAI, Zubair; ALEEM, Sheema. Participação infantil na Índia: práticas e desafios. *O Social em Questão - Ano XV - nº 27 - 2012*. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Meenai1.pdf. Acessado em 08/08/2012.
- MORO, Marie Rose. *Grandir em situation transculturelle*. Col. Temps d'Arreter. Bruxelles: Yapaka.be, 2010. Disponível em: http://www.infomie.net/IMG/pdf/TA_Transculturel_vs_WEB.pdf. Acessado em 08/08/2012.
- OLIVEIRA E SILVA, M. L. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidade e continuidades. *Serviço Social e Sociedade*. Nº 83. ANO XXVI – Setembro 2005.
- PASSETTI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del. *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª Ed., 1996.
- PINHEIRO, Ângela A. A. A Criança e o Adolescente, Representações Sociais e Processo Constituinte. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 343-355, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a02.pdf>. Acessado em 02/05/2012.
- PIRES, Flavia F. *Os filhos-ausentes e as penosas de São Sebastiãozinho. Etnografia da Festa da Catingueira/PB*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/ MUSEU NACIONAL, 2003.
- PIRES, Flávia. *Quem tem medo de Mal-assombro: Religião e Infância no Semiárido Nordeste*. Rio de Janeiro: E-papers; João Pessoa: UFPB, 2011b.
- PRIORE, Mary Del (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª Ed, 1996.
- PROUT, A. Reconsiderando a nova sociologia da infância. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a04.pdf>. Acessado em: 17/04/2012.
- QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. *Proposições*, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n1/15.pdf>. Acessado em 22/05/2012.
- QVORTRUP, J. Infância e Política. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, set./dez. 2010: Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a06.pdf>. Acessado em 22/05/2012.

- RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A Arte de Governar Crianças - História das políticas sociais, da legislação e da assistência à Infância no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. *Revista Educar*, Curitiba, n. 15, p. 01-09, 1999. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_15/rizzini_barker_cassaniga.pdf. Acessado em 02/06/2012.
- RIZZINI, Irene. *O Século Perdido. Raízes Históricas das Política Públicas para a Infância no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Patrícia O. da Silva. *Deixa eu Falar! Uma análise antropológica do Programa Bolsa Família a partir das crianças beneficiadas do alto sertão paraibano*. Monografia de fim de Curso em Ciências Sociais, UFPB, João Pessoa, 2011.
- SANTOS, Patricia Oliveira da Silva & PIRES, Flávia F. Conversando com Crianças sobre o Programa Bolsa Família: uma análise antropológica no semi-árido. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional Associação Latino Americana de Sociologia 6 a 11 de Setembro, Recife – UFPE 2011.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. A reinvenção do ofício de criança e de aluno. *ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO - PPGE/ME FURB* v. 6, n. 3, p. 581-602, set./dez. 2011. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2819/1825>. Acessado em 15/07/2012.
- SARMENTO, Manoel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas Públicas e Participação Infantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 25, 2007, 183-206. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/ManuelJacintoSarmiento.pdf>. Acessado em 19/06/2012.
- SECULT. Plano Municipal de Cultura. PMC – Prefeitura Municipal de Catingueira, fevereiro de 2012
- SILVA JARDIM, G. A. *A Casa Sertaneja Entre Gerações: os impactos do Programa Bolsa Família na cidade de Catingueira – PB*. Monografia de fim de Curso em Ciências Sociais, UFPB, João Pessoa, 2010a.
- SILVA, A. L. O direito da infância num universo adultocentrado: possíveis conflitos de interesses na interpretação do ECA por crianças e adultos. Trabalho apresentado no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidade desigualdades, nos dias 07 a 10 de agosto de 2011b, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) Salvador – BA. Disponível em <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/interna/view>. Acessado no dia 11/09/2011.
- SILVA, A. L.; PIRES, F. F. Direitos da Infância: Crianças e Adultos entendem a mesma coisa? Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, realizado de 06 a 11 de setembro de 2011a, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife. Disponível em:

http://www.sistemasmart.com.br/alias/arquivos/27_6_2011_8_31_23.pdf.

Acessado em 11/09/2011.

SILVA, Antonio L; PEREIRA, Darling de L; BRAGA, Diana S. O IMPACTO SOCIAL DO ECA NO BRASIL: Uma breve análise da noção de direitos infantis construída nas relações entre crianças e adultos ao longo dos últimos 21 anos. Trabalho apresentado no 16 Encontro Nacional da Abrapso. ISSN 1981-4321. Recife, UFPE, 2011. Disponível em: http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=47. Acessado em 12/03/2012.

SILVA, Jéssica Karoline Rodrigues da. “*Eu compro tudo de pelota*”- o Programa Bolsa Família e a expansão do consumo infantil em Catingueira-PB. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFPB. João Pessoa, 2011.

SPOSATI, A. Modelo Brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

SOUSA, Emilene Leite. Infância e Pobreza. Trabalho apresentado no XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Realizado do 29 de maio a 01 de junho de 2007, UFPE, Recife. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=c_at_view&gid=156&Itemid=171. Acessado em 21/07/2012.

SOUSA, Emilene Leite. INFÂNCIA NO CALEIDOSCÓPIO: desconstruindo conceitos, desestabilizando teorias. *Caderno Pós Ciências Sociais* - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/225/157>. Acessado em 13/07/2012

SOUZA, E. N; SANTOS, P. O. S; PIRES, F. F. A Contemporaneidade do Dom: O Programa Bolsa Família na cidade de Catingueira. *JORNAL DO M.A.U.S.S. IBEROLATINOAMERICANO*. 2011. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2011/09/A-Contemporaneidade-do-Dom-O-Programa-Bolsa-Fam%C3%ADlia-na-cidade-de-Catingueira1.pdf>. Acessado em 05/03/2012.

SOUZA, Edilma do Nascimento. *As crianças e o Programa Bolsa Família em Catingueira PB: uma reflexão antropológica da condicionalidade escolar a partir do ponto de vista das crianças*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFPB, João Pessoa, 2011.

TEIXEIRA, Carmen. Os Princípios do Sistema Único de Saúde. Texto de apoio elaborado para subsidiar o debate nas Conferências Municipal e Estadual de Saúde. Salvador, Bahia. Junho de 2011. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/pdf/OS_PRINCIPIOS_DO_SUS.pdf. Acessado em 22/12/2012.

Antonio Luiz da Silva
Psicólogo – UEPB.
Especialista em Educação – FAK-CE.
Mestrado em Antropologia – UFPB.

E-mail: tonlusi@hotmail.com

¹ Um agradecimento especial às professoras Flávia Pires, Márcia Longhi e Mônica Franch pelas orientações e críticas a este trabalho, a Ronaldo R. Pires e a Patrícia Santos pela leitura cuidadosa, pelas discussões e pelas sugestões, ao PPGA – UFPB pelo financiamento à pesquisa.